

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA  
SIMPÓSIO ABORTO

# Negligência e o Direito ao Aborto

**Lena Lavinás**

**Instituto de Economia da UFRJ**

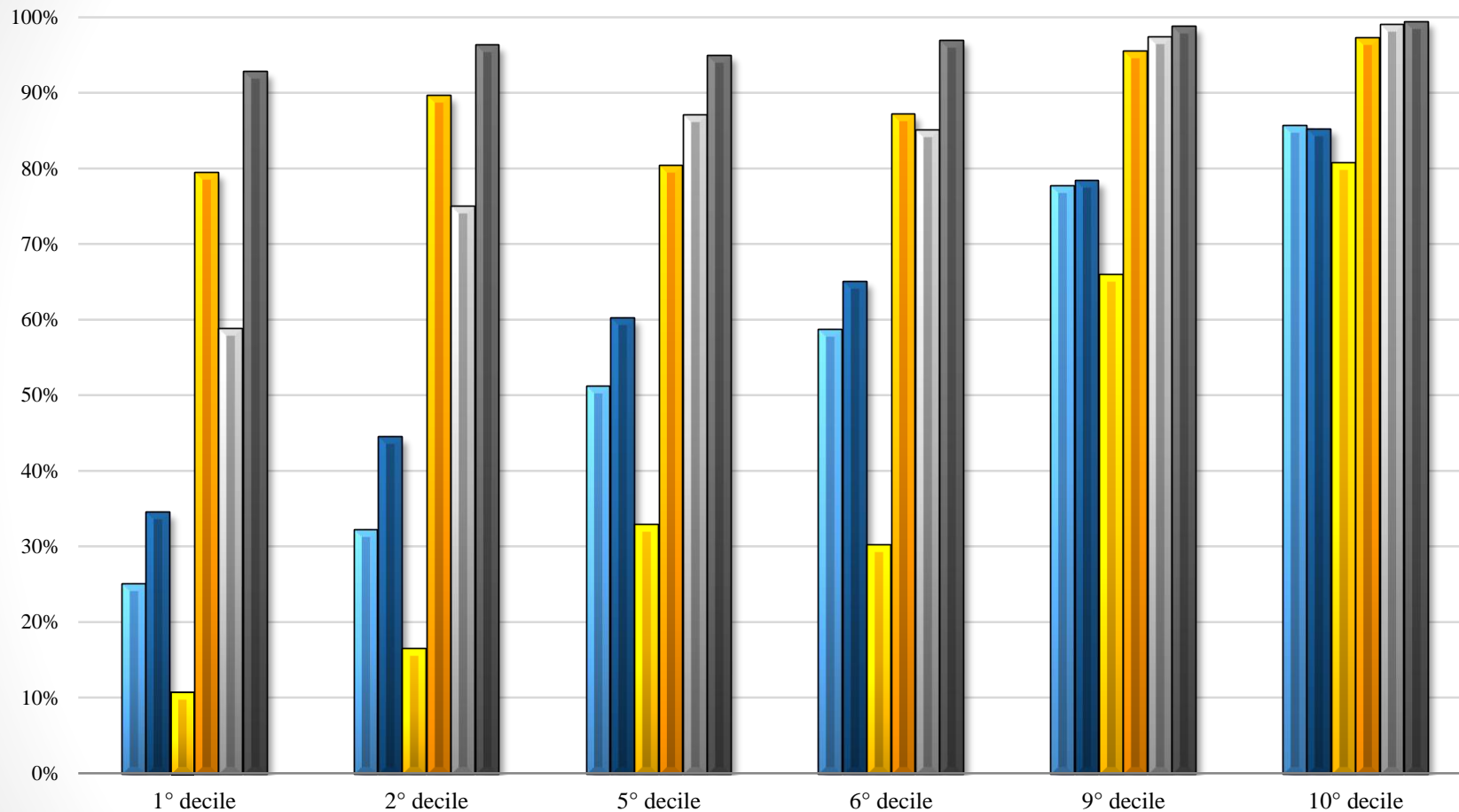
# Alguns poucos dados:

- OMS: estimativa de 22 milhões de abortos clandestinos e ilegais feitos anualmente, com aproximadamente 47 mil mortes de mulheres.
- Nos países onde o aborto é legal, a taxa de mortalidade é inferior a 1. O aborto nesses países não é imposto, mas ESCOLHA.
- As sociedades onde o aborto é legal e seguro, inclusive gratuito, mostram, segundo pesquisas internacionais livres de tolerância e de coesão social maiores.

# OUTLINE

1. Dados sobre o perfil do gasto social e com saúde no Brasil e suas distorções e consequências;
2. Foco sobre a infecção pelo vírus da zika
3. Reflexões em aberto

## Brazil, access to adequate sanitation\*, cell phones, color TV sets per income decile 2003-2013 (% households)



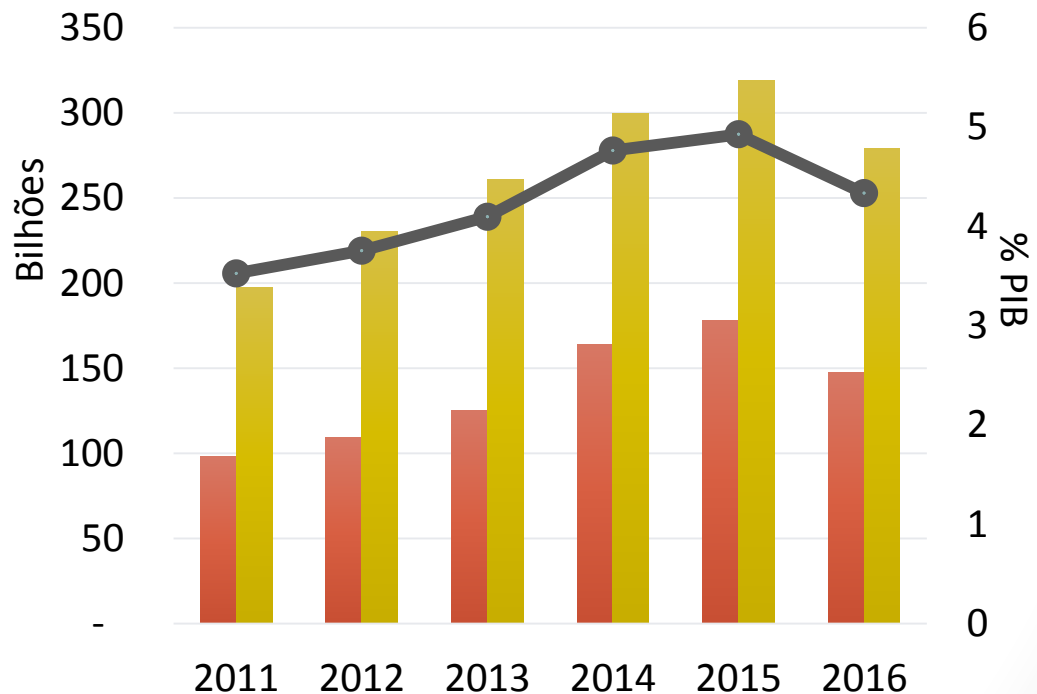
■ Sanitation (2003)    
 ■ Sanitation (2013)    
 ■ Cell Phone (2003)    
 ■ Cell Phone (2013)    
 ■ TV (2003)    
 ■ TV (2013)

# Respostas brasileiras à crise internacional

- Desonerações Tributárias Federais (2011-2016)
  - Estimativa: R\$ 1,6 tri
    - Da Seguridade: R\$ 821 bi
- Corte de Gastos Sociais
  - Direitos Previdenciários

Estimativa de Desonerações Tributárias Federais, 2011-2016 (R\$ bilhões de 2015)

■ Desonerações da Seguridade\*



Fonte: Receita Federal, Demonstrativo de Gastos Tributários (2011-2016).  
Elaboração própria. Desonerações da COFINS, PIS-PASEP, CSLL e Contribuições Previdenciárias. Total estimado inclui contribuições previdenciárias para 2011-2015. Valores corrigidos pelo IPCA de setembro do ano anterior à data inicial até até dezembro/2015.

Brasil, Gastos Sociais, Tributários e com Juros da dívida pública, 2013 (R\$ bilhões correntes)

**Gastos “Sociais”<sup>1</sup> (1)**

Saúde	85,3
Educação	82,2
Cultura	2,4
Assistência Social	64,6
Habitação	0,2
Saneamento	2,9
<b>Total (1)</b>	<b>237,8</b>

**Gastos Financeiros e Tributários (2)**

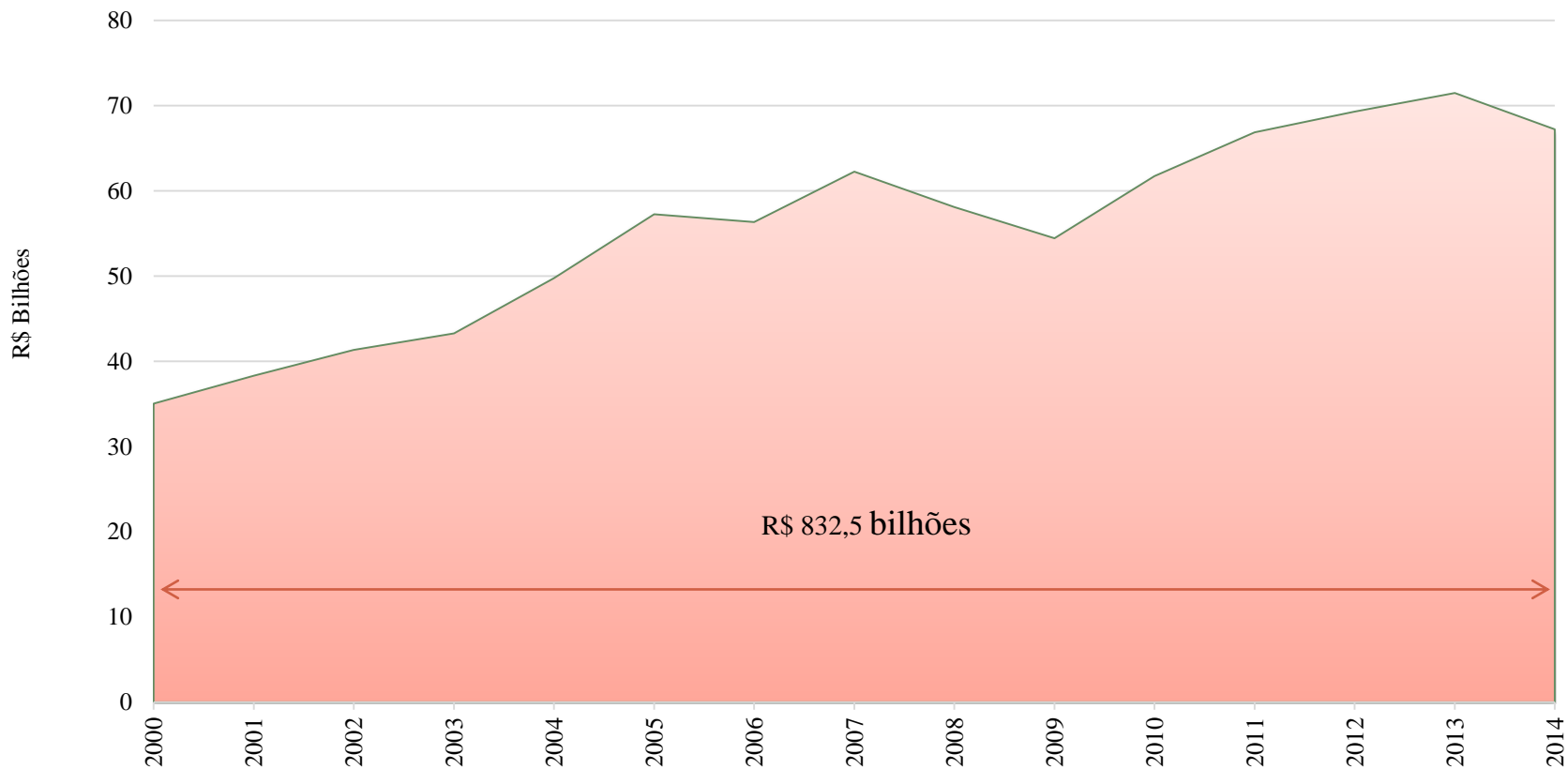
Desonerações Tributárias Federais <sup>3</sup>	181,5
Gastos com juros da dívida pública <sup>2</sup>	248,9
<b>Total (2)</b>	<b>430,4</b>

(2)/(1) 181%

Fonte: para Gastos Sociais, Portal Siga Brasil; para juros, Banco Central (2015b); para desonerações, Receita Federal (2012). Elaboração própria.

<sup>1</sup>Despesas empenhadas nos três níveis de governo. <sup>2</sup> Juros nominais pagos nos três níveis de governo. <sup>3</sup>Valores estimados, somente para governo federal.

## Receitas do Orçamento da Seguridade desvinculadas pela DRU - 2000 a 2014 - R\$ bilhões de 2014



# Brasil: tributação de baixo impacto redistributivo

## Imposto de renda

- Alíquota máxima inferior à média da América Latina e da África (Khair, 2013).
- Deduções: 77% das despesas médicas, quase 70% de instrução e 53%

**Tabela 1 - Brasil, renúncias do imposto de renda por faixa de alíquota, 2012**

Faixa de alíquota	Deduções com despesas de Saúde <sup>1</sup>		Deduções com despesas de Educação		Deduções com dependentes	
	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total
0,0%	0	0	0	0	0	0
7,5%	509	6	277	9	699	15
15,0%	725	8	366	11	774	17
22,5%	830	9	399	12	679	15
27,5%	6.692	76	2.213	68	2.428	53
Total	8.758	100	3.257	100	4.580	100

Fonte: RFB (2014) e DIPAG-RFB.

1. Por deduções em saúde e educação entendem-se "gastos tributários". Ou seja, o montante da despesa declarada que, de fato, volta às famílias. Nem todo gasto declarado em saúde e educação é dedutível, mas parte dele, por faixa de alíquota.



## Brasil, Crescimento Real Salários e Taxa de Inflação Média Serviços de Saúde 2003-2014



Source: PME-IBGE and IPCA for specific items  
 Note: shift in the methodology of IPCA in 2006 and 2012.

# A negligência do Estado brasileiro com a saúde pública:

- Afeta as populações mais vulneráveis, entre elas as mulheres, em particular ao longo de sua vida reprodutiva.
- Agudiza desigualdades regionais e de renda
- Aumenta o risco de graves sequelas e até morte pelo não respeito à Constituição.
- No caso da zika, foi mais longe, e repassou às mulheres a responsabilidade por “controlar os riscos”, riscos esses ainda desconhecidos à saúde das mulheres e de seus filhos: “não engravidem”, disse o Ministro da Saúde; “ter filhos é para profissional”, idem; “usem roupas longas para evitar o mosquito”; “procurem se infectar antes da idade fértil”, idem; “não saiam sem repelente”; “praticuem uma maternidade responsável”! idem.
- Responsabilização das mulheres como indivíduos e na gestão doméstica: “olha a água parada no quintal”

# Debora Diniz: “Para cuidar dessa metamorfose epidêmica, é preciso:

1. Um pré-natal com cuidados específicos, para as mulheres atingidas pela síndrome congênita da zika que não desejarem o aborto, além de políticas amplas de inclusão para elas, com cuidadoras, e atendimento especial no longo prazo às crianças com microcefalia.
2. Um pacote amplo de proteções aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres
  - a) acesso irrestrito aos métodos contraceptivos;
  - b) teste para o zika em rotina de pré-natal;
  - c) possibilidade do aborto legal em caso de testagem positiva ao zika”.

# Debora Diniz:

“São as mulheres as principais vítimas da epidemia, e são as mulheres as cuidadoras das crianças com deficiência. Cabe a elas a escolha sobre seu projeto de vida e de família, especialmente em um momento dramático como uma epidemia”. “Pedir às mulheres que não engravidem, não é política de saúde séria”.

04/02/2016

“Somos proibidas de decidir sobre como, quando e em que condições queremos ter filhos — hoje, o útero é propriedade de quem nos governa com a força da lei penal”.

*Debora Diniz*

# Nem Caixão, Nem Prisão, Pela Vida e pelos Direitos das Mulheres

- O direito ao aborto legal e seguro significa dar proteção às mulheres, e indiretamente às suas famílias, e por um fim a um processo de criminalização que se estende por toda a sociedade brasileira.
- Sociedade campeã do feminicídio (5.000/ano); Campeã dos homicídios (10% dos ocorridos em nível global – com 59 mil mortes em 2014, sendo grande maioria negros e jovens); Seletividade penal: dos presos, 56% entre 18-29 anos, maioria negros.
- Como falar de igualdade existencial (Therborn 2013) num contexto onde mulheres e jovens são assassinados e expostos a riscos crescentes. Manter o aborto ilegal é alimentar a lógica da criminalização e da clivagem. ONU pediu a revisão das legislações contra aborto na América Latina, por serem contrárias à dignidade da pessoa humana e aos direitos das mulheres.
- Por que ignorar inclusive os progressos da medicina que tornaram o aborto sem risco, sem dor, sem sofrimento. Por que impor culpa, sofrimento e punição às mulheres? Donald Trump revelou esse ódio e o desejo de punição numa entrevista há poucos dias.

# Autonomia reprodutiva das mulheres: direito inalienável

AS MULHERES  
ADVERTEM:

MINISTÉRIO DA SAÚDE,  
CONTROLE OS  
MOSQUITOS,  
NÃO OS ÚTEROS.

